

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Gilvan Junior Neves Mendonça

**OS CAMINHOS DO NEOLIBERALISMO:
A CONCEPÇÃO DE GASTOS PÚBLICOS EM LUDWIG VON MISES E
FRIEDRICH VON HAYEK**

Varginha - MG
2020

Universidade Federal de Alfenas
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Gilvan Junior Neves Mendonça

**Os caminhos para o neoliberalismo:
*A concepção de gastos públicos em Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek***

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX), apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientadora: Dra. Santiane Arias

Varginha - MG
2020

Universidade Federal de Alfenas
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Gilvan Junior Neves Mendonça

**Os caminhos para o neoliberalismo:
*A concepção de gastos públicos em Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek***

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o trabalho de conclusão do PIEPEX (TCP) apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNIFAL-MG.

Trabalho aprovado em:

Profa. Dra. Santiane Arias
ICSA/UNIFAL

Profa. Dra. Nildred Stael Martins
ICSA/UNIFAL

Profa. Dra. Lora dos Anjos
Instituição: ICSA/UNIFAL-MG

Resumo

Há anos o termo neoliberalismo está em evidência no debate político e intelectual. Nesse debate, o posicionamento com relação aos gastos públicos atravessou a universidade, a imprensa, e as rodas de conversa informal, gerando controvérsias e confusões. Há aqueles que acreditam que a maioria dos gastos públicos são exagerados e mal-empregados, e a sua redução seria a solução para o retorno do crescimento econômico e o fim da corrupção. Este trabalho cultiva um melhor entendimento sobre o tema. Nesse sentido, propõe-se aqui a leitura e análise das obras “Liberalismo” e “Caminho da servidão”, respectivamente de Ludwig von Mises e seu discípulo Friedrich Hayek, autores nucleares da Escola Austríaca do pensamento econômico. O estudo bibliográfico permitiu chegar a algumas conclusões, quais sejam: a) o liberalismo vai além de uma política econômica; b) os gastos públicos são em geral mal empregados – estes não apenas desvirtuam a dinâmica do mercado, mas promovem governos autoritários; c) os princípios liberais devem ser difundidos.

Palavras-chaves: neoliberalismo, gastos públicos, governo.

Sumário

1. Introdução	5
2. O neoliberalismo: da Suíça para o mundo	7
2.1 A retomada do liberalismo.....	7
3. Apresentação e síntese dos princípios do novo liberalismo	8
3.1. Ludwig Von Mises	8
3.1.1. Legado permanente: Instituto Mises Brasil	10
3.1.2 Gastos governamentais em Liberalismo.....	12
3.2 Liberalismo x servidão em Friedrich Hayek.....	14
3.2.1 O Caminho da Servidão	16
3.2.2 Contrastes e simetrias entre as obras.....	21
4. Considerações finais.....	23
Referências Bibliográficas	25

1. Introdução

Este trabalho busca entender algo específico na temática do neoliberalismo. O objetivo é identificar a concepção de gastos públicos defendida por dois autores centrais no liberalismo na atualidade – Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. Ambos os autores possuem uma obra extensa, impossível de ser analisada no período de realização do TCP. Assim, o presente texto tem como material de pesquisa dois livros: *O liberalismo segundo a tradição clássica* e *O caminho da servidão*.

O processo de consolidação do modelo político-econômico neoliberal não coincide temporalmente com a produção intelectual dos principais precursores do neoliberalismo. O livro *Liberalismo segundo a tradição clássica* foi publicado por Mises em 1927 e *O caminho da servidão* de Hayek em 1944. Por outro lado, as reformas neoliberais começaram a ser implementadas mais sistematicamente entre os anos 1970 e 1980 – período marcado pelas crises mundiais do petróleo e as vitórias de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América (ANDERSON, 1995, p. 3).

Entre os autores neoliberais existem diferenças, mas também aspectos comuns importantes. Reginaldo Moraes (2001) dividiu o pensamento neoliberal em três escolas: a Austríaca, a de Chicago e a da Escolha Racional. Os dois autores estudados neste trabalho pertencem à primeira escola.

Cabe aqui uma breve distinção entre essas diferentes tradições: as escolas Austríacas e de Chicago se aproximam na medida em que resgatam muito do liberalismo clássico, como a defesa do livre mercado. Mas trazem também aspectos peculiares, como a ênfase no utilitarismo, com a teoria do valor marginal confrontando e reconfigurando a teoria do valor-trabalho (FIGUEIREDO, 2009, p. 19). Por outro lado, as duas escolas se distanciam. Os austríacos têm maior apreço pelo enfoque teórico filosófico, concebendo o liberalismo para além das observações quantitativas e matemáticas, ressaltam o valor da liberdade individual. Assim, suas obras abrangem todos os campos de ação humana, como a moral e a política. Os economistas da Escola de Chicago baseiam-se prioritariamente em análises mais numéricas, centradas no comportamento dos indivíduos no mercado.

Para Ferejohn e Pasquino (2001), a Escola da Escolha Racional enfoca os processos de maximização de riqueza. Para essa escola, a ação individual é sempre racional, ou seja, visa sempre a um fim determinado. Com o objetivo de maximizar a

satisfação, com o menor custo possível, os fenômenos sociais, devem ser explicados através das ações individuais, ações essas que são influenciadas por restrições ou oportunidades pré estabelecidas, sob análise do contexto. Entretanto, como busca o auto interesse, podem não saber como os outros inseridos na sociedade irão agir.

Em vista disso, o avanço do neoliberalismo apresentou variações segundo as fases, os governos e a posição política e econômica do país no mundo. Mas algumas medidas se repetem. Em geral, os governos neoliberais: alteraram profundamente as leis trabalhistas acordadas no pós-guerra; privatizaram indústrias e bancos estatais; facilitaram a abertura de capital das empresas nacionais; promoveram a desregulamentação da taxa de câmbio; empreenderam reformas do aparelho de Estado, receituário básico neoliberal elaborado em 1989 pelo Consenso de Washington.

Essas medidas por vezes foram implementadas de maneira autoritária, contando com o uso, do aparato policial, ou militar. Em outros casos integravam o programa de governos eleitos. Em ambas as situações foi necessário intensa articulação política acompanhada de duras críticas às experiências de regulação e planificação econômica, como o keynesianismo e o socialismo. Nessa perspectiva, o Estado seria uma máquina onerosa e pouco eficiente. O corte de gastos públicos que atravessou inúmeras reformas, como a da previdência, tem sido uma demanda recorrente. A austeridade fiscal garantiria a estabilidade monetária, objetivo central, desconsiderando o impacto sobre a desigualdade social.

Deste modo, o presente trabalho visa identificar a noção de gasto público presente nas bases do pensamento neoliberal, através da leitura e análise de *Liberalismo segundo a tradição clássica*, de Mises e *O caminho da servidão*, de Hayek. Mais do que definir gastos públicos e anunciar um programa econômico a partir de um cálculo exato – o que normalmente se esperaria de autores liberais, o argumento político e moral se destaca. Como Hayek (2010) registrou: “este é um livro político. Não quero disfarçar tal fato atribuindo-lhe – como talvez pudesse ter feito – o nome mais elegante e ambicioso de ensaio de filosofia social. Mas tudo o que deverei dizer deriva de determinados valores fundamentais”.

Abordar este tema no momento pandêmico que vivemos é de suma importância, pois o debate de gastos inerentes ao governo demanda muitos questionamentos sobre como e onde agir. Contextualizar então como os governos formulam e empreendem tais medidas faz jus ao propósito dessa pesquisa.

Além da introdução o texto conta com mais três seções. A primeira procura contextualizar o neoliberalismo, a segunda apresenta a trajetória dos autores estudados e os aspectos centrais das duas obras selecionadas e a terceira realiza um esforço de interpretação.

2. O neoliberalismo: da Suíça para o mundo

2.1 A retomada do liberalismo

Os pilares do neoliberalismo surgiram nos anos 1940, ainda durante a segunda guerra mundial, com a chamada sociedade de Mont Pèlerin (ANDERSON, 1995). Desde a crise de 1929, os valores liberais refluíam. Em 1947, Hayek convida alguns estudiosos e renomados intelectuais (economistas, filósofos, jornalistas e historiadores) para refletir sobre o futuro do liberalismo, ainda apoiados nos clássicos, a ideia era manter viva as chamas de uma “sociedade livre”. Em homenagem ao local de sua primeira reunião, uma região próxima ao Monte Pèlerin, o grupo ficou conhecido como Sociedade de Mont Pèlerin (BUTLER, 1995).

Apesar das semelhanças com o liberalismo clássico, o neoliberalismo enquanto corrente teórica e corpo ideológico não pode ser compreendido se abstraídas suas particularidades sócio-históricas. Para Anderson (1995) e Moraes (2001), uma das características desse grupo era as duras críticas direcionadas às experiências históricas de regulação econômica predominante no período. Assim também, segundo Sidney Tanaka Matos (2008), o neoliberalismo surgiu no pós-segunda guerra, numa cena de intensa disputa política e ideológica, marcada pela divisão geopolítica entre países socialistas e capitalistas. Assim, embora resgate os princípios básicos do liberalismo, o neoliberalismo compõe-se de uma operação teórica e política contra o Estado interventor em suas diferentes configurações, particularmente o Estado de Bem-Estar.

Nos anos 1970, com a crise econômica mundial, as ideias defendidas pela Sociedade de Mont Pèlerin deixam os Alpes suíços e ganham corpo nos programas de governo dos partidos. As primeiras vitórias eleitorais foram no Reino Unido, com a eleição de Margaret Thatcher (1978) pelo Partido Conservador, seguida dos Estados Unidos da América, com a vitória de Ronald Reagan (1980) pelo Partido Republicano. Para esses candidatos, a solução para a crise passava em grande medida pelo

controle fiscal, uma vez que grande parte dos problemas foram causados pelos excessos do Estado regulador e assistencial.

É interessante observar que a política econômica neoliberal foi implementada em seu conjunto pela primeira vez no Chile em 1973, com August Pinochet, que assumiu o comando do país a partir de um golpe de Estado instaurado com a deposição de Salvador Allende, eleito democraticamente. Moraes (2001, p. 24) indica como esses pensadores, especialmente Milton Friedman, influenciaram toda uma geração de economistas neoliberais que viriam a se formar nas universidades da América do Sul. Segundo o autor, na Universidade Católica do Chile: "(...) foram treinados os economistas que mais tarde viriam a ser quadros dirigentes do governo Pinochet (1973-1989), no primeiro grande experimento neoliberal a céu aberto".

Para Boito Jr. (1999, p. 23), existe "uma contradição entre os princípios doutrinários gerais, que dominam a superfície do seu discurso e que estão concentrados na apologia do mercado, e suas propostas de ação prática, que não dispensam a intervenção do Estado e preservam os monopólios". Resumindo, o discurso não corresponde à prática política desses e outros governos neoliberais que vieram depois.

A relação entre sociedade livre e liberdade de mercado perpassa as obras aqui analisadas. Para Mises e Hayek, a garantia da propriedade privada e do livre empreendimento é uma questão econômica, política e ética, e não puramente técnica.

3. Apresentação e síntese dos princípios do novo liberalismo

3.1. Ludwig Von Mises

Ludwig Heinrich Edler von Mises nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lemberg (atualmente Lviv), no oeste da Ucrânia (GREAVES, 2010 apud ROTHBARD, 1984).

De acordo com Rothbard (2010), Mises concluiu seu doutorado jurídico, estudando economia através do direito pois, em 1906, ainda não havia curso separado de economia. No ano seguinte, começou a trabalhar na câmara austríaca do comércio, uma agência oficial do governo austríaco, enquanto lecionava para academias do governo. Após esses anos de trabalho para o estado e lecionando em academias, Mises começou a averiguar o contexto em que vivia, iniciando manuscritos sobre sua visão da sociedade econômica, tornando-se membro ativo de associações de políticas

sociais, enquanto conduzia seminários particulares em diversas universidades. Em janeiro de 1927, é fundado o Instituto Austríaco para a Pesquisa de Ciclos Econômicos e, coincidentemente, torna F. Hayek como vice-presidente executivo, onde permaneceu até 1931.

Por volta de 1934, foi convidado para lecionar na Universidade Nacional Autônoma do México, onde conquistou grande notoriedade, abriu-se outro leque de oportunidades. No ano de 1940, Mises migrou para os Estados Unidos onde lecionou como professor visitante na New York University e tornou-se membro da comissão de princípios econômicos, onde acompanhava e influenciava o impacto da economia na indústria nacional.

Mises continuou ganhando notoriedade pela sua filosofia de uma sociedade livre, sendo constantemente convidado para ministrar cursos em diversos meios acadêmicos bem como impulsionando a divulgação suas ideias.

Em 10 de Outubro de 1973, Mises morre no St. Vincent's Hospital, na cidade de Nova York, deixando várias publicações e manuscritos que, mesmo postumamente, são formulados e distribuídos em todo mundo (ROTHBARD apud GREAVES, 2010).

Ao longo da sua trajetória Mises deixou uma vasta produção, na qual encontram-se livros como: *The Theory of Money and Credit* (1912); *Nation, State, and Economy: Contributions to the Politics and History of Our Time* (1919); *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth* (1920); *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* (1922); *Liberalism* (1927), *Bureaucracy* (1944); *Omnipotent Government: The Rise of the Total State and Total War* (1944), *Planned Chaos* (1947), *Human Action: A Treatise on Economics* (1949), *Theory and history* (1957); *The Six Lessons* (1979), dentre outras várias obras¹.

Alguns destes livros foram traduzidos para o português e estão disponíveis gratuitamente para leitura no Instituto Mises Brasil, são eles: *Socialismo: Uma Análise Econômica e Sociológica* (2010); *Liberalismo - Segundo A Tradição Clássica* (2010); *Ação Humana* (1995); *Burocracia* (2018); *A Mentalidade Anticapitalista* (2010); *Teoria e História* (2011), dentre outros ensaios compilados².

O livro aqui estudado, *Liberalismo segundo a tradição clássica*, foi publicado originalmente em 1927. Neste trabalho utilizou-se a versão de 2010, traduzida por

¹ As datas indicadas são referentes à primeira publicação.

² As datas indicadas são referentes à publicação da edição de tradução pelo Instituto Mises Brasil.

Haydn Coutinho Pimenta e, publicada pelo Instituto que leva seu nome: Mises Brasil³. Essa versão apresenta três prefácios: o prefácio da edição aqui analisada, escrito por Thomas E. Woods Jr., membro sênior do Mises Institute⁴; o da edição de 1985, escrito por Bettina Bien Graves, membro da Foundation for Economic Education Inc.⁵; além de um escrito pelo próprio Mises no ano de 1962 em Nova York. Os três prefácios são bastante semelhantes – todos abordam os revezes sofrido pelo liberalismo ao longo do século XIX, com um teor pouco mais afetuoso por Mises, garantido que, mesmo com essa percepção ao longo do tempo, a tradução não realizou nenhuma alteração de escrita à obra original.

3.1.1. Legado permanente: Instituto Mises Brasil

O Instituto Mises Brasil (IMB) é uma associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e ciências sociais que promovam os princípios do livre mercado e da sociedade livre. Seguindo a tradição do liberalismo austríaco, o IMB acredita que uma sociedade livre é alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos e à ordem natural dos mercados, sem interferência governamental.

O IMB foi fundado pelos irmãos Fernando e Cristiano Fiori Chiocca mais Hélio Coutinho Beltrão em 2007. Cristiano Fiori Chiocca é também o presidente do Instituto Rothbard, cuja frase de abertura da página oficial é: *Liberdade propriedade paz*. Beltrão é também membro consultivo do Instituto Millenium e sócio da Ultrapar, companhia brasileira que controla entre outras empresas os postos de combustíveis Ipiranga, a Ultragaz e a Extrafarma.

Apresentado como organização não governamental sem fins lucrativos, o instituto é financiado por doações de simpatizantes junto a anualidade dos associados. Estes fazem parte do Clube Mises e depositam anualmente um valor que varia entre 300,00 a 10.000,00⁶ reais. Os associados possuem diversos benefícios – participações em reuniões, acesso a conteúdo exclusivo, livros e até desconto na pós-graduação em escola austríaca.

³ É possível acessar a página online do instituto pelo link: <https://www.mises.org.br/>.

⁴ Instituto inspirado nos ensinamentos de Mises, voltado para o estudo de economia, filosofia e política. A sede física é localizada no Alabama, Estados Unidos, a virtual no sítio: <https://mises.org/>.

⁵ Organização fundada em 1946 nos Estados Unidos especialmente para estudar a filosofia liberal, possuindo uma página online que pode ser acessada em: <https://fee.org/>.

⁶ Valores atualizados para assinatura anual em 2020.

A divulgação do conteúdo é realizada por meio de artigos, podcasts, newsletter, cartas, conferências e seminários. No site, existe uma loja virtual com quadros, roupas e outros produtos com frases inspiradas nos valores liberais.

A formação ocorre por meio de cursos e eventos, como a *summer school* – atividade restrita que seleciona 30 estudantes os quais, durante quatro dias, terão cursos na área de economia e ciência política com especialistas no pensamento econômico austríaco.

Através dessas ações, o IBM espera influenciar a opinião pública e os meios acadêmicos de tal forma que tais princípios sejam mais aceitos e substituam ações e instituições ancoradas numa visão intervencionista do Estado.

O site disponibiliza mais de 2000 artigos sobre a conjuntura. Em geral são artigos curtos onde os problemas atuais aparecem à luz do liberalismo de Mises. Grande parte desses artigos abordam os gastos governamentais. A crítica ao socialismo, experiências como a da China, à esquerda e às demandas por mais direitos sociais são constantes. Durante a pandemia, às pressões e projetos relacionados ao aumento do gasto do governo federal são consideradas como perigosos. Em um desses artigos, Juan Ramón Rallo (2014) escreveu: “sempre que um governo diz ser necessário estimular a economia por meio de um aumento nos gastos públicos, o que acontece de fato é o aumento dos lucros de alguns empresários privilegiados (ou ineficientes). Tudo isso às custas dos pagadores de impostos”. A crítica aos keynesianos também é uma constante: “Por traz da justificativa de criar empregos, reaquecer a economia ou ‘melhorar o tecido social’ está na verdade a socialização do prejuízo de empresários incompetentes que não souberam investir corretamente – na verdade privilégios aos empresários favoritos do governo”.

Aqui também, como em Hayek e Mises, as crises da economia não são causadas pelo funcionamento do capitalismo, mas são disfunções causadas pela intervenção estatal, próprios em governos de tendência socialista e populista. Os gastos sociais, no fundo, dissimulariam a estreita relação entre empresas privadas e o poder público. Empresas que receberão uma injeção de dinheiro público ou alguma estatal que também promoverá mais ganhos privados. Nas palavras de Rallo (2014):

Por fim, percebam a ironia das ironias: os maldosos liberais defensores da contenção dos gastos e do déficit zero são aqueles que, no final, se recusam a socializar os prejuízos privados e a enriquecer vários torpes capitalistas por meio da espoliação dos pagadores de impostos, ao passo que os intervencionistas "defensores do povo" são

os principais aliados dos grandes empresários que obtêm grandes lucros simplesmente porque se beneficiam das consequências do aumento dos gastos do governo e do déficit público.

3.1.2 Gastos governamentais em *Liberalismo*

Mises inicia o livro anunciando o seu tema central: a sociedade livre. Segundo o autor, a única forma do indivíduo alcançar a plenitude é sendo livre. Para tanto, a propriedade privada é uma condição.

Foi o surgimento da propriedade privada dos meios de produção que permitiu o desenvolvimento da cooperação humana. Esse processo fez com que o homem saísse da condição de penúria e adentrasse a sociedade de abundância. Dito de outro modo, a propriedade privada teria uma importante função social. Nesse sentido, foi o capitalismo que promoveu a redução da desigualdade, da miséria, da morte prematura e tantos outros avanços que, segundo Mises, a propriedade coletiva não proporcionou e nem poderia proporcionar.

Assim, a liberdade está estreitamente associada a existência da propriedade privada dos meios de produção. Isso porque a propriedade privada promove a riqueza e a cooperação social, sendo, portanto, o princípio mais apropriado à organização do homem em sociedade (MISES, 2010).

Devido a essa importância, a principal função do Estado é garantir a propriedade, a liberdade e a paz. Na verdade, uma sociedade sem guerras e revoluções resulta da plena aplicação dos valores liberais – estes garantem o equilíbrio e a cooperação. Uma vez que a liberdade e a paz resultam em larga medida da propriedade, esta assume em toda obra um papel central. Os governos devem protegê-la através de leis que coíbam o monopólio.

O Estado não é descartado, tendo nessa perspectiva uma tarefa a cumprir. Mas o Estado tenderia a extrapolar os limites de sua responsabilidade. Isso ocorre, por exemplo, quando passa a comportar-se como agente econômico. Segundo Mises, as empresas nacionais, estaduais ou municipais são ineficientes, dispendiosas e sem o subsídio público fracassariam. A sua manutenção quebra o equilíbrio do mercado, formando monopólios de setores inteiros. Essas distorções do mercado se acentuam de acordo com a intensidade da intervenção estatal. Os atos cruciais de intervenção visam a fixar os preços dos bens e serviços em um nível diferente do que o livre mercado determinaria (MISES, 2010, p.99). Mises, aqui, considera as duas principais

formas de controle da propriedade em vigor no período: o intervencionismo e o socialismo.

Nessa lógica, o sistema de monopólios não se sustenta num mercado competitivo, onde existe um estímulo a formação de empresas rivais.

Toda vez que se volta ao problema do monopólio, chega-se sempre ao fato de que somente são possíveis preços de monopólio onde haja o controle de recursos naturais de determinado tipo ou onde decretos legislativos e sua administração criem as condições necessárias para sua formação. Essas empresas deverão, por conseguinte, na condução dos seus negócios, tornar-se crescentemente idênticas a uma burocracia governamental que os liberais converteram, em particular, no alvo de suas críticas. Torna-se, a cada dia, mais pesada e menos aberta a inovações (MISES, 2010, p. 115)

Por isso, os governos devem ser forçados a adotar o liberalismo pela pressão da opinião pública. Não é de se esperar que se tornem liberais voluntariamente. Para Mises, o povo enxergaria os benefícios do liberalismo e com isso levaria a clamarem por esse sistema que por muito facilitaria a manutenção do governo.

Nenhum governo pode manter-se no poder por longo prazo, se não contar com o apoio da opinião pública, isto é, se os governados não estiverem convencidos de que o governo é bom. A força, a que recorre o governo, a fim de tornar cordatos os espíritos resistentes, somente pode ser aplicada com sucesso enquanto a maioria não se colocar totalmente em oposição (MISES, 2010, p. 68)

Ludwig von Mises é enfático sobre a necessidade de limitar o máximo a intervenção do Estado. Se opondo claramente a John Maynard Keynes, Mises (2010, p.106) afirma: “Obviamente, é inútil tentar eliminar o desemprego por meio de um programa de obras públicas que, em outras circunstâncias, não seria adotado”.

Os argumentos de Mises são construídos no sentido não apenas de se opor, mas de desacreditar todas as formas de controle da propriedade privada dos meios de produção. Essas experiências em geral são falhas, ineficientes, irrealizáveis, contraproducentes etc. As críticas ao capitalismo são consideradas “invectivas”, “sem sentido e infantis”. Assim, o socialismo, intervencionismo, sindicalismo e todos os regimes de redistribuição periódicas funcionariam perfeitamente num mundo irreal.

O que o liberalismo afirma, repetimos, não é, de modo algum, que o capitalismo seja bom, quando considerado de um determinado ponto de vista. O que o liberalismo diz é, simplesmente, que para a consecução dos objetivos que os homens têm em mente, somente o

sistema capitalista se mostra adequado, e que toda a tentativa de se chegar a uma sociedade socialista, intervencionista, socialista agrária e sindicalista se revelará, necessariamente, mal sucedida. Os neuróticos que não puderam suportar esta verdade chamaram a Economia de ciência funesta algo que leva a morte, a falência (MISES, 2010, p. 111)

O Estado é um agente econômico ineficiente. Mas isso não é tudo. A administração da comunidade política, ou seja, do território nacional também apresenta muitos problemas. Para Mises, a burocracia estatal geralmente tem despesas desnecessárias e supérfluas. O liberalismo restringe a esfera de atuação do governo, reduzindo os ônus causados pela gestão pública. Entretanto, para fortalecer e implementar essa ideologia, é necessário que haja uma coletividade humana. Nada é feito por e para um único homem. Não há a possibilidade de um grupo suportar os aumentos de gastos do governo, sem uma redução de algumas despesas, enquanto outro grupo se beneficia de impostos mais baixos. Essas promessas não podem ser realizadas.

Por fim, Mises enfatiza que o liberalismo deve manter-se aceso nos partidos políticos. De acordo com o autor, há apenas dois caminhos: o antiliberal e o liberal. O primeiro promete privilégios para seus eleitores, anunciam preços mais altos para os produtores e mais baixos aos consumidores, bem como salários mais altos aos funcionários públicos e impostos mais baixos aos contribuintes. O liberal insiste que favores têm um custo que acaba prejudicando a sociedade. Isso porque essas medidas distorcem a realidade, colocando prazeres passageiros acima dos tempos dourados vindouros.

Classe alguma poderia defender o liberalismo para seus próprios interesses egoístas, em detrimento de toda a sociedade e dos outros estratos da população, simplesmente porque o liberalismo não serve a qualquer interesse especial. O liberalismo não pode contar com a ajuda que os partidos antiliberais recebem, pelo fato de que a eles se liga todo aquele que procure conquistar privilégios para si, à custa do resto da sociedade. Quando um liberal se coloca diante do eleitorado, como um candidato a um cargo público, e é perguntado por aqueles cujos votos solicita o que ele ou o seu partido tencionam fazer em seu favor e de seu grupo, a única resposta que pode dar é que o liberalismo a todos serve, mas não ao interesse especial (MISES, 2010, p. 195)

3.2 Liberalismo x servidão em Friedrich Hayek

Friedrich August von Hayek nasceu em Viena em 1899, descendente da nobreza austríaca, aos 23 anos já era doutor em Direito e Economia Política. Em 1922,

tem contato com *Socialismo*, obra de Mises, autor que vai exercer profunda influência sobre seu trabalho.

Com o apoio de Mises fundou o Instituto Austríaco de Pesquisa de Ciclos Econômicos. Após a segunda guerra, Hayek sente que os valores liberais estão em declínio, surge então a ideia de reunir-se com especialistas para reacender a chama do liberalismo clássico – missão levada adiante pela sociedade de Mont Pèlerin. Ao longo da carreira, lecionou nas Universidades de Viena (Áustria), Chicago (EUA), Friburgo (Alemanha) e Salzburg (Áustria). O seu trabalho sobre teoria da moeda e flutuações econômicas alcançou reconhecimento na área. Além de diversas homenagens no meio acadêmico, ganhou o prêmio Nobel em economia em 1974 e, em 1984, tornou-se membro da *Ordem dos companheiros de honra* – recompensa concedida pela coroa britânica.

Ao longo de sua vida, escreve vários artigos e livros como: *Choice in Currency* (1909); *Monetary Theory and Business Theory* (1929); *Price and Production* (1931); *Monetary Theory and Trade Circle* (1933); *Monetary nationalism and international stability* (1937); *Profits, interest, and investment* (1929); *The pure theory of capital* (1941); *The Road to Serfdom* (1944); *Individualism and Economic Order* (1948); *The sensory order* (1952); *Capitalism and the Historians* (1954); *Os Fundamentos da Liberdade* (1960); *The intellectuals and socialismo* (1965); *Law, Legislation and Liberty* (1973); *Fatal conceit* (1988); entre outros⁷. Algumas dessas obras foram traduzidas para o português e também disponibilizadas pelo Instituto Mises Brasil, como por exemplo: *Os Fundamentos da Liberdade* (2018); *Direito, Legislação e Liberdade* (2009); *A Arrogância Fatal: Os erros do socialismo* (1995); *Desestatização do Dinheiro* (1985); *O Caminho da Servidão* (1990); *Desemprego e política monetária* (2009); entre vários artigos também traduzidos⁸.

Para seus seguidores, o principal legado de Friedrich Hayek foi sua defesa da liberdade. Mesmo após sua morte em 23 de março de 1992, aos 92 anos, em Friburgo, Alemanha, suas obras permaneceram alimentando e satisfazendo aqueles que partilham de seu pensamento (SPERANDIO, 2018).

⁷ As datas referem-se às primeiras publicações.

⁸ As datas referem-se às primeiras publicações das traduções.

3.2.1 O Caminho da Servidão

Em 1944, foi publicado, na Inglaterra, *O Caminho da Servidão*, uma das principais referências teóricas e ideológicas do neoliberalismo.

Neste livro, o autor buscou mostrar as grandes semelhanças entre a social democracia europeia e o nazismo alemão. Para o autor, apesar das diferenças aparentes, ambos os projetos conduziram a um mesmo caminho cujo destino é a servidão. O texto associa de maneira direta as experiências de planificação e regulação econômica e totalitarismo.

Hayek separa o liberalismo econômico do pensamento político democrático. Para o autor, ambos têm lugar e papel diferentes. O primeiro é responsável pela economia enquanto o segundo pela formação de um governo de classes. A interferência do governo na economia afetaria a liberdade própria da esfera do mercado e do consumidor. Um Estado regulador e empreendedor promoveria grupos sociais numerosos, pouco eficientes, acríticos e acomodados.

Todos os esforços de modelar o futuro de acordo com princípios ideais resultam na aceitação de explicações sem fundamentos para as crises. Além disso, essa marcha pelos ideais muitas vezes leva os indivíduos involuntariamente a produzir o oposto do esperado.

Assim como seu mestre, Hayek enfatiza que os primeiros países a adotarem medidas liberais serviram de exemplo a outros países. Defensor da ideia de que o liberalismo deve ser aspirado pelo povo e nunca forçado como acredita ocorrer com o socialismo escreve:

Sem dúvida a promessa de maior liberdade tornou-se uma das armas mais eficazes da propaganda socialista, e por certo a convicção de que o socialismo traria a liberdade é autêntica e sincera. Mas essa convicção apenas intensificava a tragédia se ficasse demonstrado que aquilo que nos prometiam como o caminho da liberdade era na realidade o caminho da servidão (HAYEK, 2010, p. 49)

A assertiva de que a liberdade de mercado traz consigo a liberdade do consumidor é percebida também na fala de Samuelson, para quem os indivíduos devem pagar pelo bem que desejam (MORAES, 2001). Samuelson não caracteriza este princípio como algo ruim, mas sim necessário para que a economia gire. Com as políticas públicas o princípio da exclusão nem sempre seria aplicado eficientemente. Para o autor, bens públicos significam retirada da liberdade do consumidor, pois suas preferências muitas vezes não são expressas em gastos efetivos. Outro ponto crítico

sobre bens oferecidos pelo Estado é a perda de demanda estrita. Esses bens não podem ser comercializados, o que ocasiona a falta de demanda podendo gerar, como consequência, disputas políticas.

Proibir o uso de substâncias tóxicas ou exigir precauções especiais para a sua utilização, limitar as horas de trabalho ou requerer certas disposições sanitárias, é inteiramente compatível com a manutenção da concorrência. A manutenção da concorrência tampouco é incompatível com um amplo sistema de serviços sociais desde que a organização de tais serviços não torne ineficaz a concorrência em vastos setores da vida econômica (HAYEK, 2010, p. 59)

Ainda de acordo com Hayek (2010), a “democracia de mercado”, ao contrário, estimula os indivíduos à busca dos próprios interesses; estes, orientados pelo sistema de preços, atingiriam a forma ótima de alocação de recursos disponíveis, estimulando os estudos e o aprimoramento individual. O socialismo seria um fenômeno de massas, assentado na manipulação das camadas sociais mais baixas. Em síntese: “Se o Estado, preocupado em assegurar o bem-estar, detiver o monopólio da oferta dos serviços de saúde ou de educação, a concorrência deixaria de existir e o consumidor deixaria de ser soberano. Ele não teria mais como punir o desperdício ou a ineficiência, abandonando os estabelecimentos de educação ou de saúde de má qualidade”. (BOITO JR., 1999, p. 26). Entretanto, ele mesmo reconhece que a iniciativa privada não pode gerir medidas para o pleno funcionamento da concorrência:

“O funcionamento da concorrência não apenas requer a organização adequada de certas instituições como a moeda, os mercados e os canais de informação – algumas das quais nunca poderão ser convenientemente geridas pela iniciativa privada mas depende sobretudo da existência de um sistema legal apropriado, estruturado de modo a manter a concorrência e a permitir que ela produza os resultados mais benéficos possíveis. Não basta que a lei reconheça o princípio da propriedade privada e da liberdade de contrato; também é importante uma definição precisa do direito de propriedade aplicado a questões diferentes.” (HAYEK, 2010, p. 59)

Hayek reconhece que a iniciativa privada não produz de maneira espontânea a concorrência perfeita. Voltada para o lucro crescente a empresa não tem interesse em preservar ou estimular a competição, mas atua tentando dominar o mercado, formando por vezes oligopólios. Entretanto, ele também não admite ao Estado essa função, justamente por incumbir a ele as tentativas de dominar todo o produto e serviço, diz ser muito negligenciada a ponto de se obter uma discussão madura sobre

qual órgão deve impedir a ascensão de monopólios. Ainda sobre o que tange essas medidas, encontra-se a defesa de que, mesmo a iniciativa privada não sendo o órgão mais eficiente, não há como impedir que ela deva agir em alguns setores, como o de construção de vias públicas.

Mais adiante, mesmo que seja defensor do sistema de concorrência perfeita, ele afirma que em nenhum sistema o Estado ficaria sem qualquer função, defendendo minimamente esta afirmativa quanto a fatores sociais:

“Criar as condições em que a concorrência seja tão eficiente quanto possível, complementar a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que; nas palavras de Adam Smith, “embora ofereçam as maiores vantagens para a sociedade, são contudo de tal natureza que o lucro jamais compensaria os gastos de qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos”, são as tarefas que oferecem na verdade um campo vasto e indiscutível para a atividade estatal. Em nenhum sistema racionalmente defensável seria possível o estado ficar sem qualquer função. Um sistema eficaz de concorrência necessita, como qualquer outro, de uma estrutura elaborada com inteligência e sempre aperfeiçoada. Mesmo os pré-requisitos mais essenciais ao seu funcionamento adequado, como a prevenção da fraude e do estelionato (inclusive a exploração da ignorância), constituem um vasto campo de atividade legislativa, que até hoje não foi dominado por completo.” (HAYEK, 2010, p. 60)

O *Caminho da Servidão* em muitos aspectos aborda as experiências de sociedade planificada, sociedade essa que Hayek diz ser insustentável, pois para essa ascensão, preços terão que ser pagos e, esse sistema seria viável apenas por meios autoritários, tal como ele afirma ser o socialismo. A planificação conduz a meios autoritários pois ela é o instrumento de maior coerção e eficácia na imposição de ideais, sendo essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível. O conflito entre planificação e democracia decorre, simplesmente, do fato de que esta constitui um obstáculo à supressão da liberdade exigida pelo dirigismo econômico, já que apenas nas mãos de todos, um apenas dita as regras, para fim desse âmbito, o Estado.

Hayek diz que o Estado de direito não é tão eficaz na prática, quanto se intitula no papel pois sua liberdade só existe quando se cumpre as regras previamente estabelecidas por ele exposta. Outro ponto seria o controle de fontes de informação pelo Legislativo no *Welfare State*.

“A autoridade que dirigisse toda a atividade econômica controlaria não só o aspecto da nossa existência que envolve as questões inferiores; controlaria também a alocação dos meios escassos e os fins a que seriam destinados. Quem controla toda a atividade econômica também controla os meios que deverão servir a todos os nossos fins; decide, assim, quais deles serão satisfeitos e quais não o serão. É este o ponto crucial da questão. O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais. É o controle dos meios que contribuirão para a realização de todos os nossos fins. Pois quem detém o controle exclusivo dos meios também determinará a que fins nos dedicaremos, a que valores atribuímos maior ou menor importância – em suma, determinará aquilo em que os homens deverão crer e por cuja obtenção deverão esforçar-se.” (HAYEK, 2010, p. 104)

A partir desse ponto é notório a insatisfação com o Estado e tudo aquilo que ele oferece ou detém, atribuindo a menor fatia econômica aos fatores, conseqüentemente afetando a menor fração de gastos públicos, que para ele, são gastos pensados unicamente e exclusivamente para algo ou alguém, não beneficiando a coletividade, mas sim, apenas uma parte. Os fins destinados do Estado não condizem com aquilo que lhe é prometido, esse falso moralismo, nas palavras de Hayek, se contradiz na própria prerrogativa do Estado. Nele percebe-se uma forte preocupação com quem detém o poder econômico, pois, esse que o detém, também possui de certa forma a ‘vida’ das pessoas, visto ser o poder que movimenta aquilo que todos almejam. O compara a um monopolista quando cita o exemplo da política de câmbio, onde um governo estatal limita as pessoas a não comprar informação de outros países, tendendo a ser um governo de opinião falsa formada, afirmando que apenas aquilo que o Estado quer e propaga que é o correto, criando um certa lobotomia na sociedade e os deixando limitados a um monopólio não natural, neste caso. Quando nos deparamos com um monopolista, porém, ficamos à sua mercê. E a autoridade que dirigisse todo o sistema econômico seria o mais poderoso monopolista que se possa conceber (HAYEK, 2010).

Dentro de uma sociedade planificada, não se define por uma sociedade igualitária, mas sim, por uma distribuição mais justa e equitativa, essa distribuição por sua vez vem de quem e para quem? Segundo Hayek, isso não é apenas um simples jogo de palavras. Estamos tratando de uma questão crucial que a semelhança dos termos tende a ocultar (HAYEK, 2010). Embora o consenso em torno da igualdade completa solucionasse todos os problemas de mérito que o planejador tem de resolver, a opção por uma igualdade maior não soluciona quase nenhum. Seu teor

não vai muito além de expressões vagas como “o bem comum” ou “o bem estar social”. Não nos livra da necessidade de decidir em cada caso entre os méritos de determinados indivíduos ou grupos, e não nos auxilia nessa decisão. Limita-se, com efeito, a dizer que devemos tirar dos ricos o mais que pudermos. Mas no que diz respeito à distribuição dos despojos, o problema continua o mesmo, como se nunca houvesse concebido optar por uma “igualdade maior”. Quanto a obras públicas, diz:

“Muitos economistas, com efeito, esperam encontrar o recurso definitivo no campo da política monetária, o que não implicaria incompatibilidade sequer com o liberalismo do século XIX. Outros, é claro, acreditam que um êxito real só será obtido mediante a execução rigorosa de um vasto programa de obras públicas. Isso poderia provocar restrições muito mais graves na esfera da concorrência e, ao fazer experiências desse gênero, teremos de usar de extrema cautela para evitar que toda a atividade econômica venha a depender cada vez mais da alocação e do volume dos gastos governamentais.” (HAYEK, 2010, p. 129)

Fica então perceptível a tendência do autor em alocar menor e cada vez menor quantidade a fatores públicos, políticas públicas ou simplesmente os gastos públicos. Para reforçar essa defesa, Hayek utiliza-se do argumento entre liberdade e segurança, e todo o contexto que os envolvem, sendo uma verdadeira espada de dois gumes, visto que não é possível equilibrar os efeitos de medidas intervencionistas, se há a defesa de um grupo, um outro menos afortunado irá carecer dessa defesa, mais especificamente ao invés de preços, salários e rendimentos individuais manterem-se seguros, o desemprego e a produção ficam sujeitas a grandes flutuações, não é possível conciliar essas duas medidas de forma totalmente benéfica. Outrossim, é a afirmativa que, políticas públicas acomodam as pessoas e, uma sociedade acomodada torna o Estado forte sem qualquer forma de livre pensamento ou liberdade individual, sendo necessário essa acomodação, muitas vezes acobertada pelo Estado, para a manutenção de sua soberania e poder vigentes. Então, segundo Hayek, seria necessário renunciar uma liberdade essencial a curto prazo para que, futuramente, possa gozar de uma liberdade com segurança, segurança não apenas no sentido de proteção contra a guerra, mas contra flutuações na economia e contra o domínio do estado.

Hayek fala que o Estado se utiliza, por diversas vezes, de pseudoteorias para se ascender. Conforme ele analisou, o "homem econômico" vem deixando de existir e, cada vez mais, grande parte da população tende a se interessar menos pela

economia, o que leva ao "Estado" criar monopólios e se instaurar diminuindo o liberalismo. Entretanto, essas mesmas pessoas sentem-se iradas ao verificar isso, mas não fazem nada para impedi-lo.

“O ponto crucial dessa questão é que é muito mais difícil compreender racionalmente a necessidade de submeter-se a forças cuja atuação não podemos entender em detalhe, do que fazê-lo animados da humilde veneração inspirada pela religião, ou mesmo pelo respeito às doutrinas econômicas. Se quiséssemos apenas preservar a nossa atual e complexa civilização sem que ninguém fosse obrigado a fazer coisas cuja necessidade não compreende, seria preciso que todos possuíssem inteligência infinitamente maior do que hoje possuem.” (HAYEK, 2010, p. 193)

Em seu encaminhamento final, ele diz que deve haver uma federação, mas não um ultra estado, sendo dever de todos lutarem por uma sociedade livre, sendo os únicos culpados somos pelo que vivemos, não devendo ceder e ter sempre em mente que para uma vida vindoura, algo no presente deve ser deixado a esmo, sem políticas públicas de igualdade e cessando qualquer tipo de gasto público.

3.2.2 Contrastes e simetrias entre as obras

Os dois autores aqui estudados possuem várias semelhanças visíveis nesses dois livros. Por maior que seja a grande admiração que Hayek possuía por Mises, compactuando com muitas de suas ideias, ao longo desse estudo, foi possível observar algumas diferenças em seus pensamentos. Mediante também a cronologia em que as obras foram escritas, os contextos foram diferentes e, mediante o olhar do autor, algumas visões podem tornar-se diferentes, algumas até podendo ser citadas como evolução de pensamentos.

Para fins deste artigo, a ideia é trazer uma perspectiva da concepção dos gastos públicos e, por esta razão, a atenção aos contrastes limitam-se nos pensamentos que contornam esse tema, por mais que os autores apresentem uma perspectiva diferente sobre outras ideias.

Em primeira análise, Hayek já inicia o livro diferentemente de Mises quando aborda partidos políticos, o que impacta diretamente quando falamos em gastos públicos. Hayek diz que o socialismo, não é um assunto partidário, e as questões aqui pouco têm a ver com as questões em disputa entre partidos políticos, afirmando que aquilo que a sociedade tem foi por não abrir mão a curto prazo e acomodar-se em o

que se entende hoje por políticas públicas, enquanto Mises defende a ideia de que todas as questões envolvem os partidos políticos, sendo eles os responsáveis pela atual forma de governo. No que tange esse assunto, Hayek cita que, quando a liberdade do indivíduo não é reivindicada, o mesmo tende a se acomodar com o pouco que o Estado oferece, ficando a mercê do que o Estado impõe. Isso, em grande escala, causa um gasto enorme que, segundo ele, seria evitado no livre mercado, onde o indivíduo conseguiria enriquecer. Mises também diz que o intervencionismo não funciona e o capitalismo atrelado ao livre mercado é a única forma eficaz de sociedade, mas, diferente de Hayek, aborda isso a toda sociedade e partidos políticos. Ainda na questão do que se entende hoje por políticas públicas, Mises se diz contrário ao seguro-desemprego, que Hayek, em sua tese, também concorda. De acordo com eles, isso apenas multiplica e fortalece o mal, como podemos ver a seguir:

Dar suporte ao desempregado, por meio do governo ou do sindicato, serve apenas para ampliar o mal. Se o que estiver envolvido for o desemprego, causado pelas mudanças dinâmicas da economia, o auxílio-desemprego resultará no adiamento do ajuste dos trabalhadores às novas condições. O trabalhador desempregado que esteja por isso aliviado não considera necessário procurar uma nova ocupação, se já não encontra emprego em sua antiga ocupação. Pelo menos, deixará correr o tempo, antes que se decida por uma nova ocupação ou localidade, ou antes que ele reduza a taxa de salário que pede por sua qualificação para encontrar trabalho. Se os auxílio-desemprego não forem fixados a um teto muito baixo, pode-se dizer que, na medida em que seja oferecido, o desemprego não desaparecerá. (MISES, 2010, p. 105)

Como pode ser observado na citação acima, Mises primeiro compartilha dessa ideia, que em sua obra Hayek também diz ser um grande problema que só gera oneração ao Estado agravando ainda mais o problema inicial. O mesmo que ambos dizem sobre monopólio, Hayek o entende apenas como exploração, mesmo entendendo que alguns o são naturais e que a iniciativa privada não é totalmente certa em o administrar, Mises entretanto diz que os monopólios geram oneração e serviços precários, visto que não possuem o mesmo ideal da iniciativa privada.

Mises limita o Estado apenas a poucos deveres, como a) garantir a propriedade privada e a paz, evitando guerras que interfiram numa economia de livre mercado; b) garantir que novos monopólios não surjam.

Hayek partilha de todas as ideias de Mises quanto aos deveres e limitações do Estado, em alguns casos com concepções diferentes. Como na forma de analisar os

monopólios, entende que alguns são tidos como naturais e, que mesmo a iniciativa privada não conseguindo administrá-los corretamente, não se deve suprimir nas demais estruturas. É abordado muito fortemente a crítica quanto a uma sociedade planificada, onde o totalitarismo é a base, mesmo que oculto por meio das falácias, de um falso bem estar, aliás, isso define muito bem o título *O Caminho da Servidão*.

4. Considerações finais

Este artigo teve o objetivo de elucidar a noção de gastos públicos sobre a ótica de dois pensadores fundamentais: Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Por meio da leitura de *Liberalismo*, escrito por Mises, e *O Caminho da Servidão*, por Hayek, foi possível vislumbrar, mesmo que brevemente, como tal noção aparece nos autores.

Os autores enfatizam a relação entre gestão pública e autoritarismo, iniciativa privada e liberdade. O liberalismo é praticamente fruto do anseio popular. A busca pela manutenção do liberalismo deve-se manter constante através da educação, patriotismo e o bem-estar. Entretanto, os autores pouco falam sobre camadas mais pobres e como mantê-las nesse processo de instauração liberal, é certo que defende papéis específicos ao governo, como a garantia da propriedade privada e a manutenção da paz, porém, a questão social não é muito explorada: quem garantirá as camadas mais baixas da sociedade, a garantia mínima de sustento? Quem garantirá uma equidade social? Certo que Mises defende que, por meio e somente por meio do liberalismo essa equidade chegará, mas e durante essa transição? Esse paradoxo entre a doutrina neoliberal e as políticas por ela inspiradas é certamente mais um dos pontos que merece atenção. Partindo das hipóteses desses modelos, o desemprego voluntário não existe, a desigualdade não é um problema, a racionalidade do mercado promove a rápida recuperação da economia em momentos adversos, enfim, não há crises. A avaliação neoliberal do papel do Estado e dos gastos públicos que tanto impactou as políticas sociais contemporâneas a despeito dos processos singulares demanda estudos aprofundados.

Em Hayek entende-se que todos os fatores exógenos influenciam fatores endógenos. O autor aborda muito o indivíduo: o que eu, como pessoa inserida numa sociedade penso, e como esse pensamento tem o poder de influenciar o próximo sobre fatores, aqui econômicos. Uma defesa a isso é o ponto de discussão sobre a ascensão de poderes autoritários, como a influência de um pensamento possui poder

persuasivo para impor tal ideia como verdade e, através dela se instaurar ao longo do tempo como, por exemplo, a Alemanha de Hitler. Em suma, muitos fatores são evidenciados nessa obra, em sua maior parte, a aspiração liberal através de estímulos sociais e psicológicos colocando a intervenção estatal como um impedimento, os gastos públicos como um embaraço e, a atenção em promessas ilusórias para se atingir este ideal. Além destes aspectos, este artigo contribui para uma melhor compreensão sobre a concepção de gastos públicos e onde esses recursos deveriam, segundo eles, corretamente alocados.

Por fim, o neoliberalismo é uma vertente que deve ser estudada minuciosamente sobre seus impactos na sociedade e como isso se reflete na vida de seus componentes, levando em conta críticas e as benfeitorias ditas por seus pensadores, seguidores e todos aqueles que impõe a liberdade econômica como meta social.

Este discurso denunciava a inoperância da intervenção estatal, associando toda experiência de planificação da economia a autoritarismo. Não são livros sobre contas que não fecham. Como escreveu Mises, a principal defesa do livro é a liberdade.

Mas, ao longo deste trabalho, percebe-se bem o sentido dessa liberdade.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.
- BLUME, B. A. O que é o neoliberalismo? **Politize**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e/>. Acesso em: 25 mai. 2020.
- BOITO Jr., Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.
- BUTLER, E. **A short history of the Mont Pelerin Society**. Estados Unidos da América: Liberty Fund, 1995. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/wp-content/uploads/2015/12/Short-History-of-MPS-2014.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- CALLAHAN, G. O que é uma ciência apriorística, e por que a economia é uma. **Instituto Mises Brasil**, Rio de Janeiro, 2008, 12 mar. 2008. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=48>. Acesso em: 20 set. 2020.
- FEREJOHN, J.; PASQUINO, P. A teoria da escolha racional na ciência política: Conceitos de racionalidade em teoria política. **Revista brasileira de ciências sociais**: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, 2008, v. 16, n. 45, ed. 45, fev. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4328.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.
- FIGUEIREDO, T. S. P. de. Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago. **Leituras de Economia Política**, Campinas, 1 dez. 2009. 15, p. 97-127. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L15/04%20Tatiana%20Figueiredo.pdf> Acesso em: 12 set. 2020.
- HAYEK, F. A. V. **O Caminho da Servidão**. 6º. ed. rev. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 232 p. ISBN 978-85-62816-02-4.
- MISES, L. H. E. V. **Liberalismo**: Segundo a Tradição Clássica. 2º. ed. rev. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 210 p. ISBN 978-85-62816-15-4.
- MORAES, C. R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? Editora Senac. São Paulo, 2001.

_____. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, 2002.

MURPHY, R. P. A Escola de Chicago versus a Escola Austríaca. **Instituto Mises Brasil**, Rio de Janeiro, 2011, 26 jun. 2011. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/1024/a-escola-de-chicago-versus-a-escola-austriaca>. Acesso em: 13 set. 2020.

GREAVES, Bettina B. Cronologia: Annotated Bibliography of Ludwig von Mises. In: ROTHBARD, Murray N. Ludwig von Mises (1881-1973). Nova York, EUA: **Instituto Mises Brasil**, 2010. Disponível em: <https://www.mises.org.br/MisesLudwig.aspx>. Acesso em: 31 mar. 2020.

RALLO, J. R. Gastos públicos, lucros privados. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**, São Paulo, ano 2014, 22 jul. 2014. Disponível em: <https://www.mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=1816>. Acesso em: 12 set. 2020.

SPERANDIO, Luan. A vida e pensamento de Friedrich Hayek. **Instituto Liberal**, Rio de Janeiro, ano 2018, 7 maio 2018. Economia. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/a-vida-e-pensamento-de-friedrich-hayek-primeira-parte/>. Acesso em: 1 ago. 2020.